

A QUEM SERVE ENTÃO A PERMANENTE INSTABILIDADE?

Todos estes factores dependem da política económica. Não são uma inevitabilidade.

Mas alguém ganha ou quer ganhar com o discurso de que não há dinheiro e cada um tem que tratar da sua pensão:

- 1.O Governo quer mudar uma segurança social assente em direitos e para todos para ser substituída pelo apoio aos mais necessitados (o assistencialismo e a esmola);
- 2.O Governo e o sector financeiro pretendem converter as pensões num negócio para venderem produtos financeiros;
- 3.Os patrões querem pagar menos à segurança social.

EXISTEM SOLUÇÕES

Todos necessitamos da segurança social: as crianças, os desempregados, os doentes, os idosos, os inválidos, os doentes profissionais, os excluídos...

COM A POLÍTICA DO GOVERNO E DA TROIKA, MAIS DE METADE DOS DESEMPREGADOS NÃO TÊM SUBSÍDIO.

EM TRÊS ANOS MAIS DE MEIO MILHÃO DE CRIANÇAS E JOVENS PERDERAM O DIREITO AO ABONO DE FAMÍLIA!

O CAMINHO NÃO PODE CONTINUAR A SER A ANIQUILAÇÃO DO DIREITO À SEGURANÇA SOCIAL.

DEFENDE A SEGURANÇA SOCIAL
Pública Universal e Solidária

PELOS
NOSSOS FILHOS,
PAIS E AVÓS



A SEGURANÇA SOCIAL PÚBLICA, SOLIDÁRIA E UNIVERSAL

DIREITO CONQUISTADO COM A REVOLUÇÃO DE ABRIL
NÃO É ESMOLA NEM FAVOR DO ESTADO

TEMOS DE DEFENDER UM DIREITO QUE É DE TODOS, O QUE EXIGE:

- **MELHORIA DA SEGURANÇA SOCIAL** direccionada para o acesso às prestações, contributivas e não contributivas, e à actualização das prestações, incluindo a revisão de todas as pensões e a actualização do IAS (Indexante dos Apoios Sociais);
- **MEDIDAS DE EMERGÊNCIA** destinadas a aliviar no imediato a situação dos desempregados e das famílias em situação de maior necessidade, incluindo o alargamento do subsídio social de desemprego, sem prejuízo da luta pela revisão das alterações legais que, no âmbito dos programas de austeridade, reduziram o direito à segurança social;
- **GARANTIA DA SUSTENTABILIDADE** incluindo o financiamento pelo Estado dos défices do regime previdencial devido à crise; a reavaliação periódica do regime de transferência para o Estado das responsabilidades relativas às pensões da banca; a reposição da normalidade quanto aos objectivos do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, enquanto direito e pertença dos trabalhadores; a diversificação das fontes de financiamento; o combate à fraude e à evasão fiscal e contributiva; a recuperação de dívidas;
- **REJEIÇÃO DAS PROPOSTAS DO GOVERNO** que visam a elevação da idade da reforma para 66 anos, por via do agravamento do Factor de Sustentabilidade, e o plafonamento.



PROPOSTAS DA CGTP PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL

A RUPTURA COM A POLÍTICA DE DIREITA fortemente recessiva e destruidora de emprego e a sua substituição por uma política de esquerda e soberana, que vise reduzir a perda de receita, através do aumento do emprego.

ESFORÇO SÉRIO PARA RECUPERAR AS DÍVIDAS: Entre 2005 e 2010, as dívidas à Segurança Social aumentaram à média de **1.024 milhões € por ano**. Em 2011 a dívida acumulada era de € 7,1 milhões (4,1% do PIB);

COMBATE EFICAZ CONTRA A EVASÃO E FRAUDE CONTRIBUTIVA, calculamos que em 2011 a diferença entre as contribuições potenciais para a Segurança Social e as contribuições cobradas **rondará vários milhares de milhões de euros por ano;**

A MODERNIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DO SISTEMA DE FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL:

A CGTP-IN defende que as contribuições sobre os salários sejam complementadas por uma taxa contributiva que incida sobre a riqueza criada nas empresas, (o Valor Acrescentado Líquido), não sujeita actualmente a contribuições para a Segurança Social, exemplo: actualmente as empresas do sector têxtil contribuem para a Segurança Social com 15% do seu VAL, enquanto a EDP contribui apenas com 5%.

DEFENDER E
GARANTIR O DIREITO
À SEGURANÇA SOCIAL
PARA TODOS



PORQUE ESTÃO OS NOSSOS DIREITOS AMEAÇADOS?

Os fazedores de opinião tentam justificar que é devido ao envelhecimento da população, ou seja, há demasiados idosos face aos que trabalham. Mas se há menos pessoas a trabalhar é porque a política de direita destrói emprego, aumenta os horários de trabalho, a precariedade e o desemprego. As causas não são demográficas, são ideológicas!

Visando atacar os Trabalhadores e os seus direitos em favorecimento do capital.

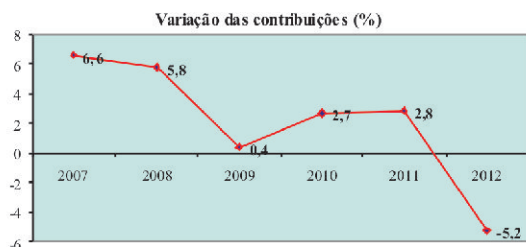
A) OS FACTORES CRÍTICOS PARA A SEGURANÇA SOCIAL SÃO:

- Do lado económico
O CRESCIMENTO E O EMPREGO
- E do lado político
A SALVAGUARDA DO SISTEMA DE REPARTIÇÃO

B) PORQUE EXISTEM ENTÃO PROBLEMAS FINANCEIROS NA SEGURANÇA SOCIAL?

I. PORQUE HÁ MENOS CONTRIBUIÇÕES

A política de direita fez baixar a receita de contribuições: Em 2012 as contribuições caíram mais de € 700 milhões. Se há redução de salários, aumento de desemprego e se muitos patrões não pagam as contribuições sociais, então há menos receitas.



2. PORQUE O ESTADO REDUZIU AS TRANSFERÊNCIAS PARA A SEGURANÇA SOCIAL

O Estado está obrigado Constitucionalmente a fazer transferências do Orçamento de Estado para financiar

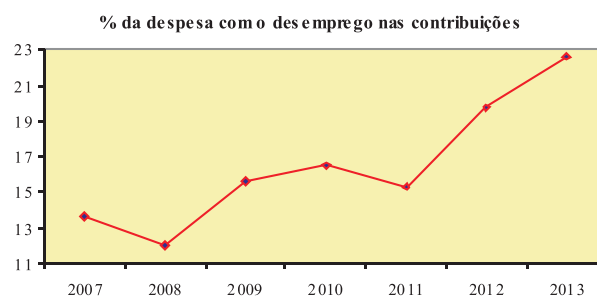
os regimes não contributivos, ou seja, o sistema de Protecção Social de Cidadania, para atenuar a pobreza e a exclusão social.

– Mas o Governo e a troika reduziram as transferências que caíram mais de € 1200 milhões desde 2010.

3. PORQUE O DESEMPREGO DISPAROU

A subida explosiva do desemprego tem um pesado custo. A segurança social tem menos receitas porque os desempregados deixam de descontar. E tem mais despesa com as prestações de desemprego, apesar da maioria dos desempregados não ter subsídio. Mais de 1/5 das contribuições arrecadadas vão agora para o desemprego.

– Se este não existisse, ter-se-iam poupado, entre 2009 e hoje, cerca de € 12 mil milhões (7,3% do PIB).



4. PORQUE A INTEGRAÇÃO DOS TRABALHADORES DA BANCA FOI REALIZADA DE FORMA RUINOSA

Estes trabalhadores devem estar na segurança social. Mas a integração é ruinosa porque as verbas transferidas pelas instituições bancárias não entraram nos cofres do sistema.

– O acréscimo de despesa com o pagamento de pensões dos trabalhadores da banca será superior a mil milhões de euros só em 2012-2013.

5. PORQUE AS DÍVIDAS, À SEGURANÇA SOCIAL, É MUITO ELEVADA

Em 2011 a dívida acumulada era de € 7,1 milhões (4,1% do PIB).

Muitas empresas estão a usar o discurso da crise para não pagarem à segurança social.

A SEGURANÇA SOCIAL NÃO É UMA DÁVIDA DO GOVERNO

AO DESCONTARMOS PARA A SEGURANÇA SOCIAL CONSTITUÍMOS UM DIREITO. O de sermos protegidos nas eventualidades de desemprego e na doença, na incapacidade de trabalhar; ou se, por motivo de velhice, deixarmos de trabalhar. Temos assim direito a um rendimento de substituição do salário que perdemos. Para isso descontamos, pelo que a este regime se chama de **contributivo**. Por isso, este Governo, ou qualquer outro, não pode livremente dispor da segurança social, porque as contribuições, constituem um património dos trabalhadores.

A SEGURANÇA SOCIAL TAMBÉM GARANTE APOIO A QUEM NÃO DESCONTOU, por via de transferência de verbas do Orçamento de Estado, para evitar a pobreza e a exclusão social, pelo que a este regime **não contributivo** se chama de Protecção Social de Cidadania. Mas também aqui a lei define direitos aos cidadãos não se ficando pela esmola.

Dizem-nos e repetem-nos estar a segurança social falida e não haver dinheiro para pagar as pensões quando deixarmos de trabalhar. O melhor, dizem-nos, é cada um começar desde já a tratar de si próprio.

PETIÇÃO PÚBLICA

INSERIDA NA CAMPANHA DE ESCLARECIMENTO, MOBILIZAÇÃO E LUTA



SET 2013

Mas se todos os meses descontamos sobre os nossos salários:

Para onde foi então o nosso dinheiro?

O Porquê da ameaça aos nossos direitos?

A quem serve então esta permanente instabilidade?

